



## Venezuela em transe



Pela primeira vez desde o ataque dos EUA a Caracas, representante do país na OEA caracteriza o presidente Nicolás Maduro como "refém" do governo Donald Trump. E sobe mais um semitom na posição do país sobre a crise na vizinhança

# BRASIL fala em "SEQUESTRO"

» SILVIO QUEIROZ

Um dia depois de o embaixador brasileiro na ONU ter condenado sem meias-palavras a incursão militar norte-americana contra a Venezuela, no sábado, e protestado contra o que classificou como violação do direito internacional, o representante do país na Organização dos Estados Americanos (OEA) deu ontem mais um passo na crítica às ações do governo Donald Trump. Falando em reunião extraordinária do organismo, convocada para discutir a crise, o embaixador Benoni Belli usou pela primeira vez a palavra "sequestro" para se referir à situação do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, capturado por um comando de elite e levado, com venda e algemas, para ser detido e julgado em Nova York.

"O bombardeio e o sequestro do presidente (Maduro) são inaceitáveis e representam uma ameaça à comunidade internacional", discursou Belli na sede da OEA, em Washington, perante o Conselho Permanente da organização, que reúne os representantes permanentes dos 34 países-membros. O embaixador reafirmou a determinação do governo brasileiro de defender princípios básicos tradicionais da política externa brasileira, como a não intervenção em assuntos internos de outros países, o respeito à soberania e a manutenção da América do Sul como "zona de paz". "Se perdermos isso, perderemos a dignidade nacional e nos tornaremos coadjuvantes do nosso próprio destino", argumentou. "As relações de cooperação passarão a ser de subordinação, e assistiremos ao colapso da ordem internacional, que tenderá a ser regida pela lei da selva."

A declaração perante a OEA, fundada no pós-Segunda Guerra, no marco da hegemonia dos EUA no hemisfério americano, faz eco ao



Mural em Caracas exalta Nicolás Maduro: governo brasileiro se equilibra entre reaproximação com o vizinho e distensão com Washington

### Inflexão

O ajuste no discurso da diplomacia brasileira sugere mais uma mudança de curso nas relações com a Venezuela desde o retorno do presidente Lula ao Planalto, em 2023, tendo como assessor especial para assuntos internacionais o embaixador Celso Amorim, que chefiou o Itamaraty nos dois primeiros governos petistas, entre 2003 e 2010. Nos primeiros meses do novo mandato, Lula fez o movimento de recolocar Maduro no

concerto da integração sul-americana. Em 2024, porém, se absteve de referendar a segunda reeleição do presidente venezuelano e cobrou a apresentação de atas das apurações, motivando protestos do núcleo duro chavista. Amorim, que chegou a sugerir a realização de um novo pleito, foi objeto de duros ataques. Desde então, o Brasil bloqueou a entrada da Venezuela no Brics e sequer convidou Maduro a assistir como observador à reunião de cúpula do bloco emergente realizada no Rio de Janeiro, em 2025.

O cientista político Gunther Rudzit, professor de relações internacionais da ESPM, vê na subida de tom contra a intervenção ordenada por Trump no país vizinho um "inflexão parcial", especialmente em relação ao presidente capturado pelos EUA. "Mesmo não reconhecendo a eleição de Maduro, não tinha como a diplomacia brasileira não fazer uma crítica ao uso da força aqui na América Latina, em especial na América do Sul", ponderou, em entrevista ao *Correio*. "Mas, se repararmos bem

nas palavras, em nenhum momento houve menção ao próprio presidente Trump. Portanto, eu diria que há uma volta gradual à política externa profissional, tradicional do Itamaraty."

Também a professora Denilde Holzhacker, colega de Rudzit na ESPM, identifica na abordagem da crise venezuelana "uma posição clássica da diplomacia brasileira: vai apoiar o país que sofreu uma intervenção externa". Ela avalia que Lula "já vinha buscando interlocução (com Caracas), mesmo com um certo distanciamento pessoal entre eles". Ambos os estudiosos destacam o cuidado do governo brasileiro em concentrar suas colocações na crítica à operação militar dos EUA. "A ênfase está mais na atuação americana, na intromissão, na interferência no processo político (venezuelano), porque o Brasil se preocupa que isso possa acontecer em outros países", analisa Denilde. "A lógica é preventiva."

Gunther Rudzit entende que os cuidados do Planalto e do Itamaraty, na questão venezuelana, se desdobram na perservação do relacionamento amigável estabelecido entre Lula e o colega norte-americano a partir do contencioso ensaiado com a imposição unilateral, pelos EUA, de sobretaxas à importação de produtos brasileiros. "Se as críticas continuarem nesse tom, e não escalarem em relação a ele, não acredito que possa aendar a 'química' entre os dois", arrisca o professor. "Até porque é do interesse de Trump ter boas relações com Lula e ter uma posição de força para começar a negociar as tarifas." A colega observa que "o Brasil tem agido mais nos canais diplomáticos e multilaterais — e aí, o país não está só". Para ela, "há um cuidado muito grande de demarcar a questão da ordem internacional, do direito internacional, sem entrar em confrontação direta com os EUA, para não gerar algum tipo de represália. É uma linha muito tênue em que o governo busca se manter."

## Venezuela enviará petróleo, diz Trump



A chanceler colombiana, Rosa Villavicencio: "É a economia"



Protesto contra Trump em Nova York: "Não à guerra por óleo"

Passados três dias da operação militar em Caracas e da captura do presidente Nicolás Maduro, o governo da Venezuela, chefiado interinamente pela vice, Delcy Rodríguez, teria aceitado exportar de 30 milhões a 50 milhões de barris de petróleo para os Estados Unidos, anunciou ontem Donald Trump em sua conta na rede Truth Social. O presidente norte-americano acrescentou que se trataria de um óleo "de alta qualidade", e que seria vendido "a preços de mercado". A receita usada "em benefício do povo da Venezuela e dos Estados Unidos", segundo Trump, que assumiu para si a responsabilidade de controlar o processo.

"O petróleo será transportado por navios de armazenamento e levado diretamente a terminais de descarga nos Estados Unidos", adiantou o mandatário. Nas primeiras horas depois da incursão na Venezuela, ele havia mencionado

a exploração os recursos minerais do país por empresas norte-americanas como um dos objetivos centrais da ação. "Nossas gigantes petroleiras vão entrar, gastar bilhões de dólares, consertar a

infraestrutura petrolífera, que está em péssimo estado, e começar a gerar lucro para o país", prometeu.

O governo da Colômbia, um dos países de maior peso na América do Sul e vizinho da Venezuela, voltou a

criticar duramente a operação militar pela qual os Estados Unidos capturaram Maduro, na madrugada de sábado. "Todo esse conflito tem a ver com interesses econômicos, com a necessidade de petróleo para uma economia fóssil,

como a dos EUA", apontou a chanceler Rosa Villavicencio. Alinhada com o discurso do presidente Gustavo Petro, primeiro político de esquerda a governar o país em dois séculos de vida republicana e independente, a ministra

ressaltou o viés de Washington nas relações com a região, em especial no período da Guerra Fria (1945-1991): "Eles são um país que, ao longo da história, fez intervenções em diferentes países em busca dos recursos de que precisa para sua economia".

Villavicencio disse, em uma entrevista coletiva, que enviou na segunda-feira uma nota "verbal" de protesto ao Departamento de Estado, antecedendo uma reunião com o encarregado da embaixada norte-americana em Bogotá, John McNamara, articulada para expressar sua rejeição ao que considera "injúrias" e "ameaças" de Donald Trump contra o governo colombiano. Nos últimos dias, o presidente dos EUA repetiu as acusações que vem fazendo a Petro, a quem atribui o comando de um cartel de narcotráfico. Antes mesmo de ordenar a operação contra Maduro, Trump ameaçou mais de uma vez usar a força militar contra a Colômbia.